

O FLORESCIMENTO DOS LEITORES CARIOCAS NO SÉCULO XIX

Valdiney Valente Lobato de Castro (UFPA)
Germana Maria Araújo Sales (UFPA)

RESUMO: A imagem de rusticidade e selvageria por muitos anos foi projetada sobre o homem do século XIX, considerado como um incivilizado de pouca instrução. No entanto, o desenvolvimento do Rio de Janeiro, no século XIX, propiciou o refinamento da população, produzindo um aumento considerado na busca pela leitura. Com isso, analisa-se, neste trabalho, o surgimento do público leitor como resultado dessas manifestações na capital fluminense, pois se multiplicaram os espaços de leitura na cidade e a educação formal oportunizava conhecimento específico sobre retórica e literatura. Para tanto foram utilizados os estudos históricos de ALENCASTRO (1997), BORGES (2001) e FREYRE (2003) e as pesquisas sobre circulação literária de ABREU (2004), CHARTIER (1998), LAJOLO e ZILBERMAN (1999) entre outros, a fim de caracterizar as comunidades de leitores presentes nas ruas do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Leitores. Rio de Janeiro. Século XIX

Nos últimos anos, a pesquisa sobre o desenvolvimento do hábito da leitura tem iluminado significativamente a compreensão não apenas sobre as práticas de leitura e os textos lidos na formação da nação brasileira, como também sobre os costumes desenvolvidos paulatinamente na constituição da sociedade. Para tanto suportes dos mais variados têm servido aos pesquisadores, cada vez mais embrenhados em reconstruir concepções já arraigadas que costumeiramente viam o ato de ler como uma atividade incorporada tardiamente ao cotidiano do brasileiro.

Entre os estudiosos, Marcia Abreu encabeça investigações em torno da história do livro e da leitura no Brasil e ao analisar documentos da imprensa oficial, jornais da época, pareceres dos censores a serviço da coroa portuguesa, escritos e ações dos letrados, livreiros e editores, bem como vários outros suportes, tem conseguido reconstituir as reflexões sobre a leitura e seus efeitos.

Em sua obra *Os Caminhos dos Livros* (2004), a docente esclarece que mesmo com a restrição comercial com as outras metrópoles, havia no Rio de Janeiro, antes da chegada da família real, diversas condições de acesso aos livros:

Os moradores do Rio de Janeiro no período colonial tinham várias possibilidades para aquisição de livros: comprá-los em uma das livrarias estabelecidas na cidade ou de vendedores ambulantes, adquiri-los de um livreiro português ou ainda encomendá-los a algum conhecido que se encarregasse do pedido de autorização e da remessa (ABREU, 2004, p. 74)

A diversidade de condições em adquirir as obras demonstra como a carência de livrarias não era precisamente um obstáculo para a aquisição, pois várias lojas comercializavam livros juntamente com outros objetos como tecidos, chapéus e relógios. Na comunicação intitulada *Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX*, proferida pela pesquisadora, há o destaque para a prática tanto no Brasil quanto em Portugal da venda de livros não ser restrita a estabelecimentos especializados, daí o problema em relacionar o interesse pelos livros à existência de tão poucas livrarias.¹

Além disso, os vendedores ambulantes, citados pela autora, iam de porta em porta oferecendo as obras recém-chegadas da metrópole. Assim, juntamente com chapéus, charutos e bolsas, os livros eram levados por “um preto de balaio na cabeça a vender romances” como Hélio de Seixas Guimarães intitulou o segundo capítulo de seu livro *Os Leitores de Machado de Assis* (2004), em que trata da leitura no século XIX.

Na citação de Marcia Abreu também há a referência aos livreiros portugueses que recebiam os pedidos em Portugal e remetiam para o Brasil, entre eles destaca-se a viúva Bertrand, responsável pelos negócios da família desde a morte do marido, ofertava um catálogo com os livros disponíveis para a remessa. E ainda a autorização, aludida na citação, refere-se à vinda dos livros, condicionados à permissão dos órgãos de censura, responsáveis em verificar as listas e caixotes de livros apresentados por particulares e por livreiros. Com todas essas possibilidades é fácil compreender por que a prática de leitura na colônia não era tão rara quanto comumente se supõe².

¹ Em seu artigo *Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro Joanino*, publicado na revista Floema em 2009, Márcia Abreu afirma que em 1792 havia uma livraria e em 1799, duas. Esse número aumenta consideravelmente: no ano da chegada da corte, quatro livrarias existiam na cidade fluminense: a de Manuel Jorge da Silva, na Rua do Rosário, a de Francisco Luís Saturnino da Veiga, na Rua do Ouvidor e as de João Roberto Bourgeois e de Paulo Martin, na Rua da Quitanda.

² Márcia Abreu tem coordenado pesquisas importantes sobre a circulação no Rio de Janeiro colonial. Em análise a pedidos de autorização e às listas de livros enviados (antes da chegada da família real: 1769-1807) aparecem 201 requisições solicitando autorização para envio, com um total de 1.333 demandas de obras literárias que, ao serem agrupadas por títulos, representam 518 títulos de ficção enviadas para a província. A pesquisadora também analisou os itens existentes em vários inventários *post-mortem*, de

Ressalte-se que a população brasileira, do final do século XVIII, era basicamente rural e apesar do Rio de Janeiro ser a principal cidade em número de habitantes, os dados censitários de 1799 revelam que apenas 46 mil³ pessoas moravam no centro urbano, atraídas certamente pelo porto onde se escoava ouro e se importavam os produtos manufaturados. Grande parte das famílias habitava as fazendas onde havia o cultivo do algodão, fumo e açúcar, riquezas do país.

Borges (2001) caracteriza assim a sociedade do final do século XVIII:

No código urbano fluminense tradicional estava convencionado que “a rua fez-se para o homem, não para a mulher” e, assim, aquela das classes abastadas que devia e podia acatá-lo, não tinha o hábito comum de frequentar esse espaço. Recebia-se pouco em casa, e a família restringia sua sociabilidade às festas públicas, principalmente religiosas (BORGES, 2001, p.50)

A chegada da família real, em 1808, catapultou a capital fluminense à condição de cidade da corte, centro econômico, político e cultural do país, sentindo as ebulições das mudanças que ocorriam no Império e servindo como ressonância para as demais cidades. Para tanto, as alterações produzidas pela monarquia portuguesa e, conseqüentemente a isso, a abertura dos portos, legaram à capital a imagem de civilidade e refinamento, o que resultou em um crescimento populacional numeroso.

Acrescente-se a isso os investimentos realizados na estrutura física da cidade: a pavimentação, o alargamento de ruas, a ampliação dos bairros e o embelezamento do espaço urbano com a instalação de jardins, parque e praças foram algumas mudanças que desenharam a corte como a Paris⁴ brasileira e fizeram com que as pessoas buscassem hábitos requintados com padrões de exigência rigorosos ao ampliar o consumo e exigir maior qualidade dos produtos:

foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o

alguns moradores, do século XIX, e percebeu que entre as listas dos objetos de valor há a existência de livros.

³ Dados apontados por Emília Viotti da Costa em seu livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos* (1998)

⁴ No romance *Casa de Pensão* (publicado em 1884), de Aluísio Azevedo, o narrador, ao situar a importância da cidade do Rio de Janeiro para o personagem Amâncio, assim declara: “A Corte era “um Paris” diziam na província e ele, por conseguinte, havia de lá encontrar boas aventuras, cenas imprevistas, impressões novas e amores – oh amores principalmente!” (p. 38)

maior gosto pelo teatro que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas que foi substituindo o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. (FREYRE, 2003, p. 52)

Essas transformações não ocorreram abruptamente, desenvolveram-se ao longo do século: a iluminação a gás, as embarcações a vapor, os bondes elétricos, as estradas de ferro possibilitaram ao Rio de Janeiro respirar ares de uma capital europeia, o que fez despertar no homem o interesse pela vida externa, os habitantes abandonaram, aos poucos, seus antigos hábitos mais reclusos e começaram a se interessar pela exposição social. “Os indivíduos implementaram práticas inovadoras, uma espécie de sociabilidade desenraizada, alterando e substituindo seus hábitos sócio-culturais comuns e tradicionais, como os religiosos e estabelecendo outras formas de convivência e entretenimento”. (BORGES, 2001, p. 52)

Outros espaços são eleitos para o desfile social: as festas das igrejas não eram mais o único evento social, os passeios públicos, os cafés, as confeitarias, os restaurantes, os cassinos, os espetáculos teatrais proporcionavam aos cariocas oportunidades de diversão e de estabelecer relações:

Os momentos de efetuar os contatos sociais eram os serões, festas bailes, pequenas recepções, como reuniões para jogar voltarete, gamão, poquer, xadrez etc., que eram constantes e rotineiras, ou como os saraus, em que as pessoas reunidas buscavam entreter a si mesmas contando histórias, lendo em voz alta uma novela, tocando piano, tomando chá, cantando, dançando e declamando, dependendo se fossem musicais ou literários ou simples brincadeira. Tal como na Europa, existiam salões particulares nos quais se promoviam, inclusive, sessões de teatro amador, representando pequenos provérbios, charadas, comédias e até ópera (BORGES, 2001, p. 59)

A Rua do Ouvidor era o local que mais se assemelhava às ruas parisienses, recheada com os comércios de moda e onde localizavam-se os melhores cafés, as abundantes livrarias e os mais caros hotéis da cidade. Os homens se reuniam nos cafés e nas editoras para tratar de política, das novidades advindas não só da capital fluminense como do resto do mundo.

Nesse “salão ao ar livre” os indivíduos passeavam, compravam, reviam conhecidos, faziam política, informavam-se, eram apresentados a pessoas de destaque e de interesse estabelecendo novos laços. (...) Nela faziam-se planos políticos e candidaturas eleitoras, corriam as notícias e se discutiam “as grandes e pequenas coisas”, sabia-se das notícias mais frescas das evoluções próximas, dos acontecimentos prováveis. Era a “rua do boato”, onde estavam

os homens de letras e os principais negociantes da praça (BORGES, 2001, p. 57)

Muito lucrativo para os jovens envolvidos com a política eram os contatos estabelecidos na famosa rua: se alguém queria fazer parte das altas rodas, precisava frequentar as badaladas conversas travadas nas imitações dos bulevares europeus. Machado de Assis, em crônica de 1893, refere-se à Rua do Ouvidor como o local onde choviam as notícias de modernidade:

Para os que as buscam por todos os recantos da cidade, deve ter sido uma semana trabalhona; para mim, que não as procuro fora da Rua do Ouvidor, a semana foi interessante e plácida. Pode ser que erre; mas ninguém me há de ver pedir notícias em outras ruas. Às vezes perco uma verdade da Rua da Quitanda por uma invenção da Rua do Ouvidor, mas há nesta rua um cunho de boa roda, que dá mais brilho ao exato, e faz parecer exato o inventado. Acresce a qualidade de pasmatório, as ruas de simples passagem não tem graça nem excitam o desejo de saber se há alguma coisa. O pasmatório obriga ao cotejo. Enquanto um grupo nos dá uma notícia, outor, ao lado, repete a notícia contrária; a gente coteja as duas e aceita uma terceira. (ASSIS, 1957, p. 243)

Além dos boatos e políticas, a rua atraía grande quantidade de mulheres ávidas pela incessante chegada de novidades: botas, chapéus, vestidos, adereços, todas essas peças produziam uma movimentação diária, que permite considerar este centro cultural e comercial como uma espécie de perfeito resumo da elegância e civilidade, características do crescente processo de urbanização do Rio de Janeiro e das transformações do homem brasileiro advindas das influências européias.

Exatamente por isso, essa rua era considerada como o espaço mais famoso da cidade, as mulheres mais abastadas amontoavam-se em busca dos artigos luxuosos vindos de outros países.

passeavam, namoravam, compravam, frequentavam os cafés, tomavam chá e sorvete, gastavam fortunas, principalmente, nas lojas das modistas francesas. A língua e cultura francesas estavam presentes nas conversações, nos nomes das lojas, nos artigos comprados e, inclusive, no jeito de andar de muitas senhoras que “imitavam as francesas” com um tique-tique afrancesado, abandonando a maneira como sempre andaram com vagar e paciência passando a pisar leve e rápido. (BORGES, 2001, p. 58)

Sendo uma espécie de síntese do requinte do Oitocentos brasileiros, a Rua do Ouvidor era o cartão postal da cidade e onde transitava grande parte do dinheiro da colônia, principal centro econômico do país:

Para se ter uma ideia da densidade de atividades concentradas na cidade do Rio de Janeiro, considere-se que sua renda tributária municipal – referente aos impostos e taxas recolhidos pela Câmara – superava, em 1858, a renda municipal do conjunto de cidades de qualquer uma das vinte províncias do Império. (...) o Rio de Janeiro constituía o ponto de encontro e de redistribuição da economia nacional. Metade do comércio exterior brasileiro passa pelo cais carioca durante o século XIX (ALENCASTRO, 1997, p. 24)

No entanto, apesar dessa representação de capital elegante e desenvolvida não se pode acreditar que apenas de elite era composta a sociedade carioca da época, diversos fatos contribuíram para alterar a estrutura econômica e social do país: a cessação do tráfico de escravos e, conseqüentemente, a abolição da escravatura proporcionaram a entrada de muitos imigrantes no país, com isso negros e estrangeiros constituíam uma parcela significativa da sociedade oitocentista, embora desprestigiada economicamente.

Alencastro (1997) afirma que os cativos, no século XIX, representavam dois quintos da população da corte e que se os números fossem avaliados com precisão, a quantidade de escravos no Brasil perderia apenas para o Império Romano. Essa massa, com a abolição da escravatura, inchou as ruas cariocas e somou-se a esse grande quantitativo de excluídos os imigrantes vindos principalmente de Portugal para substituir o trabalho escravo.

Com essa grande camada de desprestigiados proliferando pela cidade, não causa estranheza a instrução da população carioca ter enfrentado tempos difíceis: o recenseamento realizado em 1872 e divulgado em 1876 alarmou a população, dentre os 274.972 habitantes da cidade do Rio de Janeiro, apenas 99.485 sabiam ler e escrever, o que representa 63,8% de analfabetos. Os dados censitários de 1890 sugerem um aumento: de 522.651 habitantes, 270.330 são alfabetizados.⁵

Esses dados do primeiro censo causaram tanto espanto na população que os principais jornais da Corte divulgaram o resultado. Dias depois, diversos artigos foram

⁵ Esses dados foram retirados da tese de doutorado de Maria Arisnete Câmara de Moraes, intitulada *Leituras Femininas no século XIX*, de 1996. Hélio de Seixas Guimarães em sua obra *Os Leitores de Machado de Assis*, de 2012, afirma que: em 1872, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo os escravos, sabiam ler e escrever, segundo dados do recenseamento; entre a população em idade escolar (6 a 15 anos), que somava 1.902.454 meninos e meninas, apenas 320.749 frequentavam escolas, ou seja, 16,9%. Os dados do autor referem-se a todo o país enquanto os da pesquisadora referem-se apenas à população carioca.

publicados em diferentes periódicos revelando a indignação de diversos representantes da sociedade carioca.⁶

No entanto, Moraes (1996) levanta a hipótese de, no censo de 1872, cerca de 181.583 habitantes terem ficado de fora dos dados, pois seu grau de instrução não constava nos quadros gerais.

Valéria Augusti (2006) também questiona os dados do censo de 1872 por serem incompletos, devido a província de Minas Gerais ter sido deixada de lado e por não ser considerada a aprendizagem realizada fora do ambiente escolar.

A despeito dessas imprecisões, é inegável o crescimento do Rio de Janeiro tanto em número de habitantes, demonstrado inclusive pelo censo de 1890, quanto em desenvolvimento, o que obviamente reflete no hábito da leitura.

A chegada da corte portuguesa, evidentemente, aumentou as condições de acesso à leitura, mas não se pode deixar de considerar os estudos realizados no espaço doméstico, o que ampliava o número de leitores. Os espaços públicos onde a leitura ocorria se multiplicavam: gabinetes de leitura, bibliotecas, livrarias, editoras, tipografias e escolas surgiam em vários locais do Rio de Janeiro, fruto de uma sociedade em crescimento com urgência em se instruir a fim de acompanhar as inúmeras transformações do século.

Os gabinetes de leitura eram espaços que dispunham de livros tanto para serem lidos em salas individuais quanto para empréstimos. Nelson Schapochnik (1999) estudou a implantação e a composição do acervo de alguns espaços destinados à leitura no Rio de Janeiro no século XIX, no período entre 1844 e 1861, e revela a existência de oito gabinetes contendo livros de assuntos variados, o que atraía um público diversificado, oriundo de diferentes classes sociais, revelando, com isso, a inserção de um novo contingente de leitores, no cenário da leitura na capital fluminense.

Outro espaço destinado à leitura que proliferou no século XIX foram as bibliotecas. A Biblioteca Real, a primeira do Rio de Janeiro, foi aberta ao público em 1818 e nos anos seguintes surgiram: a Biblioteca Fluminense (1847), a Biblioteca

⁶ Hélio de Seixas Guimarães, em sua obra já citada, comenta as publicações nos jornais que se seguiram à divulgação dos dados censitários.

Nacional (1858) e a Biblioteca Municipal (1873), todas com um número significativo de obras no acervo.⁷ Grande parte do acervo trazido na viagem da corte portuguesa veio da Real Bibliotheca da Ajuda de Portugal e foi herdado pela atual Biblioteca Nacional.

Além desses espaços constituídos por acervos numerosos, os locais de venda dos livros como livrarias, editoras e tipografias, também cresceram na capital. Segundo Laurence Hallewell (1995), existiam apenas duas livrarias em 1808 e em 1816 já haviam doze. Em 1870 havia cerca de trinta e em 1890, quarenta e cinco. Esses espaços ganhavam cada vez mais importância como ponto de encontro, de troca e de influência; isso ocorria também porque a maior parte delas se localizava na elegante Rua do Ouvidor.

O desenvolvimento desses espaços e dos locais de venda revela o interesse crescente pela prática de leitura no Rio de Janeiro, o que se vincula ao momento singular de desenvolvimento que a própria população vivia. Estabelecido o crescimento desses espaços, vale refletir sobre o leitor, sua formação e suas condições de acesso ao texto.

Não se pode balizar o número de leitores do século XIX considerando apenas aqueles alfabetizados na escola, isto porque a educação informal, feita em casa pela família ou por uma preceptora era muito comum. A iniciação à leitura fora do ambiente da escola, também, de certa forma, revela a preocupação das famílias com a aquisição da leitura como mecanismo para assegurar a inserção dos pequenos no surto de desenvolvimento da época.

Em consonância com essa preocupação foi criada, em quinze de novembro de 1827, a primeira lei sobre a instrução primária do império para assegurar que em todos os locais mais populosos houvesse o ensino das primeiras letras. A promulgação dessa lei revela tanto a intenção de assegurar o ensino da educação primária quanto a expansão na quantidade de leitores do Império.

⁷ Valéria Augusti em sua comunicação *Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX*, investiga as regras de funcionamento das bibliotecas e percebe uma maior rigidez nessas instituições: “leitura vigiada, marcada pelo regramento: estabelece dias, horários; impõe uma maneira de ler silenciosa; restringe o acesso; registra a identidade daquele que lê; protege o livro e pune sua violação e estipula prazo para a posse do livro.”

Quanto à educação básica, precisamente aos anos que antecedem ao ensino superior, a escola considerada padrão, no Rio de Janeiro, e que servia de modelo para as demais províncias era o Colégio Pedro II. Fundado em 1837, contava com o ensino de humanidades, sendo ministradas as disciplinas: latim, grego, francês, inglês, retórica, geografia, filosofia, mineralogia, botânica, química, física, álgebra, geografia e astronomia. As disciplinas de humanidades predominavam nas séries mais avançadas e o título conferido ao concludente era o de Bacharel em Letras.

Martins (2005) analisa o ensino da retórica no colégio. Tendo sido de fato implantada em 1839 essa cadeira teve como professor Francisco Freire de Carvalho (que baseou seus ensinamentos na obra do europeu Hugo Blair), Miguel do Sacramento Lopes Gama (ao contrário do anterior, preocupou-se com explicações mais variadas e não tratou apenas de conceituações) e Luis José Junqueira Freire (aproximou as discussões da retórica com as questões próprias da literatura nacional).⁸

Sendo assim, há que se considerar a qualidade do ensino, no que compete ao campo das letras, como capaz de assegurar ao leitor do século XIX um olhar sobre o texto literário para além de um mero inocente leitor, mas sim com condições de captar as entrelinhas presentes nas construções textuais, o que revela, de certo modo, a preocupação com o ensino da época, inclusive para a instrução da mulher.

No início do século XIX, a história das mulheres foi marcada pela subordinação e submissão e entre os aprendizados obrigatórios estava o domínio das prendas domésticas, como: cozinhar, bordar, costurar, entre outras tarefas para agradar ao marido. As informações sobre as mulheres dessa época são pontuadas pela instrução limitada, a reclusão doméstica, a vida social restrita à igreja e às reuniões familiares. No entanto, a partir das mudanças ocorridas no século XIX, as condições de leitura modificam-se para as mulheres: há a proliferação de bibliotecas e de gabinetes de leitura; tornam-se comuns as preceptoras, adotadas por muitas famílias, encarregadas da educação dos filhos; surgem ainda as escolas normais exclusivas para a formação das

⁸ Também Valeria Augusti, no capítulo O Romance nas Formas Editoriais Escolares, de sua tese de doutorado *Trajatórias de Consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista* (2006) analisa a penetração que a discussão sobre o romance foi gradativamente fazendo parte dos manuais de retórica do Colégio Pedro II.

moças, que possibilitaram a proliferação de mulheres leitoras. Essas escolas desenvolveram-se logo após a chegada da família real e, no final do século XIX, propagaram-se em todo o Rio de Janeiro⁹.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman no capítulo “Fantasiando a Leitora”, do livro *A Formação da Leitura no Brasil* (1999), apontam alguns exemplos de personagens leitoras nas obras *Diva*, *Lucíola*, *Senhora*, de José de Alencar; *O culto do dever*, de Joaquim Manuel de Macedo; *Iaiá Garcia*, *A mão e a luva*, *Dom Casmurro*, *Quincas Borba*, *Helena*, de Machado de Assis:

Assim, exame de Macedo, Alencar e Machado que neles busque representações literárias de leitoras e leituras pode fornecer contraponto aos sisudos e implacáveis comentários de viajantes e cronistas dos costumes brasileiros. Torna-se então instigante o aparente encontro entre as observações fundadas no, por assim dizer, testemunho direto e as que os textos de natureza ficcional insinuam. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 254)

As duas pesquisadoras mostram que esses romances, ao mesmo tempo em que valorizam o potencial do público feminino, reproduzem a imagem da mulher submissa e voltada às prendas domésticas:

os escritores confirmam a ideologia patriarcal que favorece a dominação do homem sobre a mulher, por intermédio do casamento e da dedicação ao lar e à família. Sob este aspecto as obras, representam a prática em vigor e ao evitar contestá-la, acabam por reforçá-la. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 256).

Se a mulher consegue, paulatinamente, ir se imiscuindo no mundo da leitura o mesmo não acontece com o negro. Apesar de corresponder à grande parte da população carioca, presente inclusive em muitos quadros que retratam a época, o negro era visto como selvagem, sendo muitas vezes tido como o grande responsável pelos desvios de caráter dos brasileiros.

O leitor negro do século XIX, em sua maioria, tem uma relação muito singular com o texto: os espaços da escrita não lhe são só negados, mas também são inamistosos a sua presença na medida em que sua representação quase sempre é de atraso e obstáculo à homogeneidade da nação.

⁹Essas mudanças significativas ocorreram em todo o território brasileiro. Algumas delas, por decisão da corte, como a própria estruturação da colônia: o Colégio de Medicina, que se funda em Salvador, é um bom exemplo. Outras, advindas das influências estrangeiras, graças à abertura dos portos.

Mesmo assim, o acesso à leitura acontece, em uma relação direta não com a página física do papel, mas sim com a voz: ele é um leitor ouvinte, que escuta uma oralização, mas que sabe que aquele texto não é para ele, o que reforça a imagem de passividade, de falsa capacidade intelectual, o que configura uma representação de que o texto literário era apenas para os homens brancos, legitimando uma falsa democratização racial.

Roger Chartier no capítulo “Comunidades de Leitores”¹⁰ aponta algumas observações quando considera a história do livro, que se encaixam a essa discussão. O estudioso afirma que, ao estudar a leitura, não se pode considerar apenas o suporte escrito, mas sim o espaço e as pessoas envolvidas no processo, e ele exemplifica com a leitura em voz alta, mostrando a

sua dupla função: comunicar o texto aos que não o sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada. Uma história da leitura não deve, pois, limitar-se à genealogia única da nossa maneira contemporânea de ler em silêncio e com os olhos. Ela tem também e sobretudo, a tarefa de encontrar os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos.

Chartier, portanto, eleva a discussão do acesso à leitura para além do texto escrito, a fim de captar os elementos envolvidos no processo, que foram tocados pelo ato de ler e, em um processo dinâmico, também atingem o texto, na medida em que este se constrói a partir de situações captadas da sociedade.

Nessa esteira, cabe considerar a multiplicidade da comunidade de leitores que se espalhavam pelas ruas do Rio de Janeiro do século XIX, indo desde os que recebiam uma instrução específica privilegiada no Colégio Pedro II, e tinham condições de acesso às obras, até aqueles que dependiam da leitura oralizada para se encantarem com os textos literários.

Referências

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos Livros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

¹⁰ O capítulo faz parte do livro *A ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, publicado pela Universidade de Brasília e traduzido por Mary Del Priori.

Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro Joanino. **Floema**, Ano III, n. 5 A, p. 7-30, out. 2009.

Circulação de Livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX, Campinas: UNICAMP s\ª (comunicação oral) disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/eb6e0ef83c2fadad25d4f3bb5a290fb8.PDF>

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: **História da Vida Privada no Brasil**. Vários Autores. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ASSIS, Machado. **Crônicas de A Semana**. São Paulo: Cultrix, 1957.

AUGUSTI, Valéria. **Trajatórias de consagração**: discursos da crítica sobre o Romance no Brasil oitocentista (Tese de Doutorado) Campinas: UNICAMP, 2006.

Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. Campinas: UNICAMP s\ª (comunicação oral) disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/162f63642880289e8410732011f97357.PDF>

AZEVEDO, Aluísio. **Casa de Pensão**. São Paulo: Ática, 1991.

BORGES, Valdeci Rezende. Em busca do mundo exterior: sociabilidade no Rio de Machado de Assis. **Revista Estudos Históricos**. Vol. 2 n. 28, p. 49-69, 2001.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, Tradução de Mary Del Priori, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: editora UNESP, 1998.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1949.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2003.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os Leitores de Machado de Assis: o Romance Machadiano e o Público da Literatura no Século 19**. São Paulo: Nankin Editorial Edusp, 2004.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A Queiroz, Edusp, 1985.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea**: José de Alencar e a retórica oitocentista. São Paulo: EDUSP, 2005.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras Femininas no Século XIX (1850-1900)**. (Tese de Doutorado) Campinas: UNICAMP, 1996.

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1999.